



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 5 de fevereiro de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,65% São Paulo	126.912	R\$ 5,772 (-0,75%)	R\$ 1.518	R\$ 5,993	12,15%	13,18%	Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52
0,3% Nova York	30/1 31/1 3/2 4/2	29/janeiro 5,866 30/janeiro 5,852 31/janeiro 5,837 3/fevereiro 5,816					

FUNCIONALISMO / Ao fazer o balanço do resultado do certame realizado no ano passado, a ministra da Gestão, Esther Dweck, informou que anúncio será feito em breve. Em 2024, o DF foi a unidade da federação com melhor desempenho

Governo deve lançar novo concurso unificado

» ISRAEL MEDEIROS
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» GABRIELLA BRAZ

Adalberto Marques - MGI



Segundo Esther Dweck, serão ofertadas vagas, especialmente, nas carreiras Segurança Pública e de Desenvolvimento Socioeconômico

Mesmo sem a aprovação do Orçamento de 2025, o governo deve anunciar em breve a realização de um novo Concurso Público Nacional Unificado (CNPNU). O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) já havia mencionado a intenção de realizar um novo certame neste ano, mas o alto custo de realização das provas e do provimento dos cargos (é preciso ter orçamento para pagar os novos funcionários) são problemas que precisam ser pacificados antes do anúncio do novo “Enem dos Concursos”.

A realização da seletiva no ano passado custou mais de R\$ 130 milhões aos cofres públicos. Tanto o chamamento dos aprovados quanto a abertura de novos concursos dependerão da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano, que atrasou e ainda precisa ser votado pelo Congresso. Os aprovados no CNPU de 2024 vão preencher 6.640 vagas em 21 órgãos federais. Ao todo, quase um milhão de candidatos fizeram as provas.

O certame terá uma fila de espera de mais de 16 mil candidatos. “Anunciaremos um novo concurso. Ainda não será hoje, mas sim, ao que tudo indica, em breve teremos o anúncio de um novo CNPU”, disse Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação.

Para este ano, o governo previu R\$ 5 bilhões para concursos públicos. O valor inclui o provimento de vagas para os candidatos que já foram aprovados em concursos anteriores e a realização de novos certames. Esse valor mudou quando a equipe econômica apresentou o pacote de corte de gastos, no segundo semestre. O Executivo cortou R\$ 1 bilhão desse total. Segundo Dweck, no entanto, há tratativas internas para aproveitar os R\$ 4 bilhões restantes da

forma mais eficiente possível.

A ministra evitou cravar quais serão as carreiras que farão parte do novo CNPU, mas disse que o MGI deseja preencher vagas ligadas aos ministérios da Justiça e da Defesa; às carreiras de segurança e à carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, provavelmente ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Já no caso do concurso da Polícia Federal, anunciado pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski no último dia 29, a portaria de autorização deve sair até a próxima semana, segundo a ministra. A previsão, segundo o chefe da pasta, é de que sejam disponibilizadas 2.000 vagas, distribuídas por todo o Brasil.

O modelo do CNU feito em

2024 era inédito até então. Os candidatos puderam concorrer a diversas vagas de uma só vez, desde que os cargos estivessem na mesma área de atuação. A maior parte dos candidatos, segundo o MGI, se inscreveu para apenas três opções, mas era possível incluir mais vagas. Um candidato, segundo a ministra Esther Dweck, conseguiu passar na 28ª opção selecionada.

“Quem não tiver nota suficiente para passar em sua primeira opção de cargo, por exemplo, poderá atingir a nota mínima para entrar no seu segundo cargo prioritário, mas pode seguir no banco de candidatos para a primeira opção e tem chance de ser chamado posteriormente”, explicou Dweck.

O Distrito Federal foi a Unidade

da Federação com o melhor resultado em todo o país, com 20,12% do total dos aprovados. Isso significa dizer que um a cada cinco aprovados fez a prova na capital federal. “Chamou a atenção o fato de que, entre 25% dos aprovados do Centro-Oeste, 20% são de Brasília”, disse Esther Dweck. Na sequência, estão o Rio de Janeiro (11,30%); São Paulo (10,44%); Minas Gerais (9,32%) e Bahia (5,72%). Os demais estados têm menos de 5% do total de aprovados, cada. O pior é o Acre, que representa apenas 0,26% dos aprovados.

O DF, que representa apenas 1,29% da população do Brasil (são 2,8 milhões, segundo o Censo de 2022), teve 9,11% do total de inscritos no país, perdendo apenas para São Paulo (10,58%) e para o Rio de Janeiro (10,46%).

Segundo o MGI, o Distrito Federal teve a menor taxa de evasão, ou seja, de candidatos que faltaram às provas. Já quando a comparação é feita por região, o Sudeste teve maior porcentagem de aprovados, com 32,9%. Em seguida estão o Nordeste (26%); o Centro-Oeste (25,6%) e o Norte (5,6%).

Entre os aprovados, 63% são homens. A faixa etária de 30 a 35 anos foi a que teve maior volume de aprovados, com 26,61%. Segundo o MGI, apenas uma pessoa abaixo dos 18 anos foi aprovada. “Torcemos para essa pessoa (que tem 17 anos) fazer aniversário logo para tomar posse”, comentou Dweck. Um terço dos novos servidores são negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Dívida atinge R\$ 7,3 tri

» RAPHAEL PATI

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) registrou avanço de 12,2% em 2024, na comparação com o final do ano anterior. Diante disso, a dívida passou de R\$ 6,52 trilhões para R\$ 7,31 trilhões em dezembro do ano passado. Os dados estão no Relatório Anual da Dívida (RAD) de 2024, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional.

Apesar da alta em 2024, a performance da dívida seguiu conforme estava previsto no Plano Anual de Financiamento (PAF). O plano previa que o estoque da DPF deveria encerrar 2024 entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária interna (DPMFI) subiu 11,13%, passando de R\$ 6,2 trilhões em 2023 para R\$ 6,9 trilhões em 2024. De acordo com o Tesouro, o crescimento da dívida no ano passado foi impulsionado pela apropriação de juros, que adicionou R\$ 762,4 bilhões nesse período. Houve ainda um acréscimo de R\$ 33,3 bilhões na emissão líquida de títulos públicos.

Já a Dívida Pública Federal externa (DPFE) subiu 38,87%, passando de R\$ 251,4 bilhões em 2023 para R\$ 349,1 bilhões em 2024. De acordo com o relatório, a valorização do dólar, que subiu 27,3% no ano passado, explica o aumento da dívida externa.

Na comparação com o mês de novembro, o avanço do estoque da dívida foi de 1,55%. Ainda de acordo com o relatório anual, o volume maior de emissão de títulos em moedas estrangeiras, como dólar e euro, permitiu uma taxa de refinanciamento da dívida externa de 135,1%. No caso da dívida interna, o nível chegou a 101,7%.



RAUL VELLOSO

POR MAIS QUE AS PESSOAS PASMEM, DOS ANOS 80 ATÉ 2022, PRIMEIRO TIVEMOS UMA TAXA DE INVESTIMENTO DO SETOR PÚBLICO/UNIÃO, QUE ERA DE 5,1% EM 1987, CAINDO PARA 0,6% DO PIB EM 2023. OU SEJA, O INVESTIMENTO PÚBLICO FEDERAL QUASE DESAPARECEU.

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Como retomar os investimentos públicos

O que mais assusta pessoas que estudam situação das contas da União, Estados e municípios é o elevado aumento da participação do componente Previdência no total do gasto não financeiro (GNF), especialmente no caso federal, que se pode mais facilmente constatar, e em cuja definição alguns costumam incluir o BPC, sigla do Benefício de Prestação Continuada, um benefício tipicamente assistencial e concedido pela União a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência. Caso também incluíssemos outras transferências de renda como o Bolsa-Família, o Abono Salarial do PIS/PASEP, o Seguro-Desemprego e

o Seguro-Defeso nessa mesma conta, veríamos uma situação de comprometimento de orçamento ainda mais complicada para os governos administrarem.

Em essência, o que os dados mostram com clareza é que, basicamente, nos últimos 37 anos, bastando que somemos os gastos com Previdência e o BPC, o resultado agregado desse tipo de gasto terá saltado, na União, de 22,3% para não menos do que 56,2% do GNF total, algo chocante.

Nessas condições, é fundamental examinar com atenção esse assunto, para que, ao final, possamos propor soluções efetivamente capazes de promover o equacionamento dos resultados

desfavoráveis que mais nos afligem, especialmente a partir da área previdenciária, algo que vem culminando na resultante desabada dos investimentos em infraestrutura e das taxas de crescimento do PIB e do emprego que, como seria de se esperar, lhes acompanhariam. A partir desse ponto, poder-se-ia passar à tarefa de encontrar os melhores caminhos para reconstruir o espaço orçamentário requerido para expandir os investimentos, espaço esse que praticamente desapareceu nos últimos tempos. Na Previdência, o que se trata de fazer é, basicamente, zerar os passivos atuariais respectivos. Já no tocante aos benefícios assistenciais,

uma novidade de grande impacto e bastante desfavorável que surgiu foi um volume gigantesco de fraudes na gestão desses itens, o que pressiona fortemente para cima os gastos por conta de tais eventos indesejáveis, à espera de um combate acirrado de parte das autoridades da área.

O que a União tem feito para reagir a essa situação? Além de reformas pontuais nas regras ligadas aos benefícios, mas sem alterar o modelo de financiamento da previdência, basicamente, ela partiu para encolher ao máximo os investimentos em infraestrutura, que é o item menos rígido do orçamento, embora seja exatamente o que faz

a economia crescer, algo cuja busca praticamente abandonamos, na própria sequência dos acontecimentos.

Por mais que as pessoas passem, dos anos 80 até 2022, primeiro tivemos uma taxa de investimento do setor público/União, que era de 5,1% em 1987, caindo para 0,6% do PIB em 2023. Ou seja, o investimento público federal quase desapareceu. Esse sendo, então, o “x” da questão econômica de prazo mais longo com que o país ainda hoje se defronta.

Qual é a principal questão que está na raiz da explicação da situação acima descrita? Nada mais, nada menos do que o aumento da velocidade do envelhecimento da população brasileira, lembrando que, na gestão dos benefícios previdenciários, predomina, por aqui, tanto quanto

na maioria dos países, os regimes de repartição simples — RRS.

Para os que não conhecem bem o tema RRS, em tais regimes, os idosos (isto é, os que se credenciam para obter seus benefícios tipicamente com idade acima de 65 anos) têm suas aposentadorias cobertas por contribuições pagas basicamente pelos contribuintes que estão ativos no mercado de trabalho e são formais (empregados, contribuintes individuais e empregadores), que se situam na faixa entre 15 e 65 anos (e são, portanto, parte da População em Idade Ativa — PIA). Então, de tal forma o número de idosos cresceu — e continua crescendo —, que, em breve, o financiamento desses regimes não terá mais como se basear apenas nas atuais cobranças de contribuições, pois os déficits financeiros vão ficando gigantescos.